

UM OLHAR SOBRE AS POLÍTICAS ACADÊMICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DE UMA UNIVERSIDADE FEDERAL

Francivaldo dos Santos Nascimento ¹

Diana de Oliveira Santos ²

Lindalva Gouveia Nascimento ³

RESUMO

Os programas de assistência estudantil nas universidades públicas têm um papel importante no atendimento às necessidades dos estudantes para concluir o curso superior. A presente pesquisa teve como objetivo identificar as políticas acadêmicas de atendimento aos discentes dos cursos de graduação em dois *campi* da Universidade Federal da Paraíba. A pesquisa seguiu uma abordagem quantitativa e análise documental. Foram identificadas as seguintes políticas acadêmicas de assistência estudantil: os Auxílios Moradia, Residência, Restaurante, Transporte, Creche, Bolsa Permanência, Aluno Apoiador e o Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior. Verificou-se a importância dessas ações estruturadas de assistência estudantil na universidade com subsídio de bolsas como uma política relevante que apoiam a permanência dos estudantes nos cursos, principalmente aos que se encontram em situação de vulnerabilidade econômica e social.

Palavras-chave: Políticas acadêmicas; Assistência estudantil; Auxílios; Permanência dos estudantes.

INTRODUÇÃO

O ensino superior assume um lugar de destaque na agenda do governo e da sociedade civil, tendo em vista as possibilidades advindas de quem conclui esse nível de ensino. Para Silva e Ourique (2012) a educação superior é um instrumento de justiça, e um caminho para o desenvolvimento social.

As políticas acadêmicas de assistência estudantil são ações destinadas a atender os discentes que necessitam de apoio, dando assim subsídios que garantam a sua manutenção no ensino superior. Assim, as políticas de assistência aos estudantes mostraram-se instrumentos importantes como formas acessíveis de garantir a permanência no ensino superior. Para Imperatori (2017), é notório que as políticas de atendimento aos discentes são identificadas como estratégias para minimizar os efeitos das desigualdades sociais. Portanto, para

¹ Mestre pelo Curso de Administração da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, francivaldon@gmail.com;

² Graduanda pelo Curso de Administração da Universidade Federal - UFPB, dianaoliveirasantos1@gmail.com;

³ Doutora pelo Curso de Educação da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, lindalvagouveiag@gmail.com

consolidarem-se frente às demandas da sociedade brasileira, as universidades públicas precisam ser efetivas na implementação das suas políticas acadêmicas, sobretudo aquelas voltadas aos discentes.

Os programas acadêmicos desenvolvidos pelas universidades são ações importantes que visam apoiar principalmente estudantes de camadas sociais menos privilegiadas, de forma que possam garantir a permanência no ensino superior, pois como uma política pública de educação superior relevante tem alcançado um público cada vez maior ao qual se destina (ASSIS, 2013). Assim, a figura do estudante tem relevância central dentro da comunidade universitária, e, portanto, as ações efetivamente executadas no atendimento a demanda destes discentes é de fundamental para o desenvolvimento da academia. Dessa maneira, a “assistência estudantil deve ser compreendida como um direito e seus recursos aplicados como investimentos” (SILVEIRA, 2012, p. 49).

O desafio de atender aos anseios dos estudantes para que comecem e permaneçam nos cursos de graduação e desenvolvam o seu potencial acadêmico pertence também às instituições que os acolhem. Portanto, utilizar programas e ações específicas para atender a esse público em suas necessidades, e assim possam permanecer no curso, concluí-lo, e inserir-se no mercado de trabalho, constituem desafios para as instituições de ensino superior, especialmente de caráter público.

Dessa forma, a fim de preparar os indivíduos para a inserção no mundo do trabalho, diante dos requisitos da sociedade que exige maior formação educacional, as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), buscam atender o que está claro na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205, onde declara que a educação é um direito de todos. E sendo assim, as políticas públicas de acesso e permanência dos estudantes no ensino superior tem como objetivo a garantia desse direito.

Como forma de garantir assistência àqueles que possuem vulnerabilidade econômica e, por conseguinte, para a permanência do aluno na instituição de forma adequada por desempenhar o seu potencial acadêmico torna-se relevante aprofundar estudos que abordem a efetividade dessas políticas para averiguar o seu alcance.

Nesse contexto, o objetivo principal desta pesquisa foi identificar as políticas acadêmicas de atendimento aos discentes em dois *campi* da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Portanto, busca-se trazer elementos que mostrem as políticas acadêmicas efetivamente implementadas.

Estudos realizados na UFPB após a implantação de uma política de cotas, identificou-se que houve um crescimento significativo de ingresso de estudantes oriundos de escola pública, no período de 2008 a 2012, pois os números apontam que passou de 36% no ano de 2008, para 53,1% no ano de 2012, assim como os estudantes – pardos, negros e indígenas – passaram de 46,6% em 2008, para 57,6% em 2013 (CARVALHO; JEZINE, 2014).

As ações de assistência estudantil na UFPB visam como objetivo principal apoiar a permanência dos estudantes da graduação presencial que estejam em situação de vulnerabilidade socioeconômica, e de forma adicional, contribuir na redução dos índices de retenção e evasão dos estudantes (UFPB, 2019).

Aspectos gerais e importância das políticas acadêmicas de assistência estudantil

Durante as décadas de 2000 e 2010, o ensino superior público teve um crescimento considerável no Brasil por meio da criação de universidades federais. De 2003 a 2010, houve um aumento de 45 para 59 universidades federais, ampliação de 31%; e o número de *campus* passou de 148 para 274, crescimento de 85%. A interiorização também proporcionou uma expansão no país quando se elevou o número de municípios atendidos por universidades federais de 114 para 272, com um crescimento de 138% (MEC, 2012).

No Brasil, percebe-se de forma bastante clara a expansão da educação superior. Nesse aspecto, é notável o crescimento das instituições de ensino superior privadas com fins lucrativos, assim como expandiu no país, sobretudo na última década, a oferta de vagas na graduação em instituições públicas, também houve um aumento expressivo na pós-graduação (MANCEBO, 2013).

Apesar da expansão e implantação de instituições fora dos grandes centros, muitos jovens ainda precisam sair de suas casas, de seus locais de origem e vão morar em outras cidades para ter acesso ao ensino superior. De acordo com o Censo da Educação de 2017, por exemplo, 31.881 (10%) dos novos alunos das instituições federais se matricularam em uma unidade da federação diferente daquela de sua residência (INEP/MEC, 2018).

Assim, destacando essa expansão das Instituições de Ensino Superior (IES) é notável que buscam preparar cidadãos para a vida em comunidade e, também para inserção no mercado de trabalho, frente às exigências locais, regionais e globais. Conforme destacado por Garrido (2012), essas instituições apresentam um público cada vez mais diversos; e precisam criar meios de apoiá-los, visto que a permanência desse estudante na universidade é um dos desafios das

IES. O perfil do estudante tem se alterado, de acordo com Garrido (2012, p. 2) “tais mudanças representam desafios que as instituições precisam enfrentar e a assistência estudantil é uma das possibilidades de lidar com essas mudanças”.

Dessa maneira, cada instituição deve adotar um conjunto de medidas conforme a demanda existente para que o alunado seja assistido e possa garantir sua trajetória acadêmica. E como destaca Imperatori (2017, p. 285) “da mesma forma que o direito à educação não é recente, as ações de assistência ao estudante remetem aos anos 1930, com os programas de alimentação e moradia universitária”. Sendo assim, em meio ao perfil do estudante acadêmico que ao longo dos anos foi se diversificando, e sua permanência no ensino superior necessita de políticas de atendimento às necessidades básicas, a fim de que possam continuar estudando. Nesse contexto, o tema sobre a assistência estudantil ganhou destaque nas discussões da comunidade acadêmica, e espaço na agenda do governo federal, promovendo-a a política pública, por meio do Decreto nº 7.234/2010, ao instituir o Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) para apoiar estudantes de graduação presencial nas universidades federais a permanecerem nos cursos matriculados (DUTRA; SANTOS, 2017; BRASIL, 2010).

Pontua-se, então, a importância que têm as políticas de assistência aos estudantes, utilizadas como estratégias de combate às desigualdades sociais e regionais, dando assim suporte aos discentes menos favorecidos. Tendo grande relevância dentro das taxas de desigualdade social apresentadas no Brasil (IMPERATORI, 2017). Assim, além de um ensino de qualidade, as IES devem associar a isso uma política efetiva de assistência aos estudantes. E essas ações estão elencadas no art. 3º do PNAES que em seu parágrafo primeiro destaca que compreendem-se como meios de assistência estudantil as iniciativas desenvolvidas nas seguintes áreas: “I – moradia estudantil; II – alimentação; III – transporte; IV – assistência à saúde; V – inclusão digital; VI – cultura; VII – esporte; VIII – creche; IX – apoio pedagógico; e X – acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.” (BRASIL, 2010).

Dessa maneira, tendo a assistência estudantil como estratégia de enfrentamento às desigualdades no contexto da educação, dando condições de acesso e permanência ao discente no ensino superior público federal, o Pnaes “define como público-alvo prioritário de política os estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou renda familiar per capita de até um salário-mínimo e meio” (DUTRA; SANTOS, 2017, p. 164). O PNAES é um programa que tem a finalidade de ampliar as condições de permanência do discente na educação superior federal

e dar os direcionamentos para que as universidades orientem às suas políticas de assistência aos estudantes, pois, “a manutenção dos discentes durante a graduação vincula-se à implementação das políticas públicas que proporcionem a continuação até sua saída” (LIMA; FERREIRA, 2016, p.3).

METODOLOGIA

A presente pesquisa adotou uma perspectiva metodológica de base quantitativa descritiva. Pois, de acordo com Costa (2011, p. 10) “a análise quantitativa de dados é uma atividade associada ao processo de geração, organização e apresentação de dados”.

Para identificar as ações de assistência estudantil foi necessário coletar dados do *site* da instituição pesquisada para a obtenção de informações a respeito das políticas. De forma específica, no portal da Pró-reitora de Assistência e Promoção ao Estudante (PRAPE), em que estão destacados os principais programas de benefícios aos estudantes da instituição.

A UFPB é uma instituição autárquica vinculada ao Ministério da Educação (MEC). A estrutura é *multicampi*, que estão situados em quatro cidades, João Pessoa (sede), Areia, Bananeiras e Rio Tinto/Mamanguape, organizada em 16 centros, 120 cursos de graduação e 80 programas de pós-graduação, e aproximadamente 2.700 docentes e 3.500 técnicos-administrativos (UFPB, s. d)

O enfoque dessa pesquisa foram os cursos de graduação existentes em dois *campi* da UFPB no interior. O Centro de Ciências Agrárias (CCA), *Campus II*, situado na cidade de Areia, a cerca de 120 km da capital do estado, foi inaugurado desde 1936, reconhecido federalmente em 1940 e integrado à UFPB em 1968. Atualmente oferta cinco cursos de graduação - Agronomia, Ciências Biológicas, Medicina Veterinária, Química e Zootecnia, contava em 2019 com 1.315 alunos. Já o Centro de Ciências Humanas Sociais e Agrárias (CCHSA), *Campus III*, está situado no município de Bananeiras, a cerca de 130 km da capital do estado, contava em 2019 com 801 alunos. O Centro oferta os cursos de graduação (Bacharelado) em Administração, Agroecologia, Agroindústria e Licenciatura em Ciências Agrárias e Pedagogia (UFPB, 2019)

A obtenção de dados em relação ao número de estudantes por curso teve como fonte a secretaria de cada *Campus*: a Secretaria Integrada de Atendimento à Graduação (SIAG) do CCA, *campus II*, e a Assessoria Acadêmica do CCHSA. As informações sobre os auxílios destinados aos *campi* da pesquisa foram coletadas a partir dos editais disponibilizados no *site*

da UFPB, e quanto à quantidade desses auxílios no período de 2016 a 2019 foram coletados do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA), na aba acadêmico – situação dos alunos assistidos pela PRAPE.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A UFPB mantém várias ações de assistência estudantil, que de acordo com os dados divulgados em 2019, beneficiaram cerca de nove mil alunos, e desde 2012, o número de bolsas e auxílios concedidos crescem e, também, a quantidade de alunos beneficiados (UFPB, 2019). Dessa maneira, na sequência serão elencadas as ações acadêmicas de assistência estudantil identificadas nos *campi* de Areia e Bananeiras, como também à quantidade de alunos assistidos e qual a percepção dos discentes sobre essa assistência.

Políticas de assistência estudantil no *Campus II*

Destacar-se-á nesta seção o número atual de alunos, conforme cada curso como também quais auxílios são destinados ao *Campus II*, no qual foi elencado o número de bolsistas encontrados e o número de bolsas deferidas e contempladas desde os processos seletivos de 2015 até 2019, sendo que nesses processos foram encontrados, de acordo com o tipo de processo seletivo, bolsas canceladas, deferidas, deferidas e contempladas, em fase de deferimento, em fase de homologação, indeferidas, em análise, fila de espera e inscrições não homologadas. Entretanto, destaca-se nas tabelas, apenas o número de bolsas deferidas e contempladas de maneira geral em cada *campus*, pois entende-se que de fato, foram utilizadas pelos discentes.

Tabela 1: Número de alunos por curso – *Campus II* - Areia

Curso	Quantidade de alunos ativos	%
Medicina Veterinária (Bacharelado)	406	31
Agronomia (Bacharelado)	371	28
Ciências Biológicas (Bacharelado e Licenciatura)	213	16
Zootecnia (Bacharelado)	167	13
Química (Bacharelado e Licenciatura)	158	12
Total	1.315	100%

Fonte: Fonte: SIGAA Acadêmico, 2019.

Observa-se, na Tabela 1, que o *Campus* de Areia tinha 1.315 alunos, destes, 31% são de curso de Bacharelado em Medicina Veterinária; 28% são do Bacharelado em Agronomia; 16% do Bacharelado e Licenciatura em Ciências Biológicas; 13% são do Bacharelado em Zootecnia e 12% são do Bacharelado e Licenciatura em Química. E para assistir a esses alunos, ou pelo

menos boa parte deles, é destinado ao *campus* os seguintes auxílios estudantis: Moradia, Residência, Restaurante, Transporte, Creche, Desporto/artístico/e inclusão digital e Aluno Apoiador.

Enquanto para o *campus* II são ofertados os auxílios descritos e apresentados em números as bolsas deferidas no período (2016 a 2019) na Tabela 2, apresentada a seguir.

Tabela 2: Número de bolsas deferidas por ano – Campus II – Areia

Tipo de Auxílios	2016	2017	2018	2019
Moradia	6	-	72	77
Residência	-	79	141	74
Restaurante	-	28	102	45
Creche	-	-	2	-
Desporto, Artístico e Inclusão Digital	-	-	-	14
Aluno Apoiador	-	-	2	-
Total	6	107	319	210

Fonte: SIGAA Acadêmico, 2019.

Destaca-se, que de 2016 a 2019, no *Campus* II houve um número crescente de alunos contemplados com os auxílios. Obteve-se 6 em 2016, destinados a Auxílio Moradia, 107 em 2017, em que 79 foram de Auxílio Residência, e 28 de Auxílio Restaurante. Já em 2018 foram 319 auxílios concedidos, em que 72 foram de Auxílio Moradia, 141 de Auxílio Residência, 102 de Auxílio Restaurante, e 2 de Aluno Apoiador e 2 de Auxílio Creche. No ano de 2019 foram 210 auxílios concedidos, destes, 77 foram de Auxílio Moradia, 74 de Auxílio Residência, 45 de Auxílio Restaurante e 14 de Auxílio Desporto, Artístico e Inclusão Digital. Apesar de o Auxílio Transporte ser ofertado para o *campus*, não houve registro de contemplados entre 2016 a 2019. Ressaltando que estão contabilizados apenas o número de bolsas auxílios na situação de deferidos e contemplados. Observa-se que os auxílios apresentados de maneira mais numerosa no período pesquisado foram para residência com 294 concessões, seguido por restaurante com 175, e moradia com 155 concessões. Portanto, esses auxílios são parte necessária na vida acadêmica dos estudantes do *Campus* II e devido a quantidade significativa de auxílios concedidos aos estudantes, percebe-se o cumprimento efetivo das políticas de assistências.

Políticas de assistência estudantil – Campus III

Passa-se a destacar os dados referentes ao *Campus* III da UFPB. Inicialmente, são apresentados os dados referentes ao panorama dos cursos de graduação existentes e o número de alunos matriculados.

Tabela 3: Número atual de alunos por curso – Campus III - Bananeiras

Curso	Quantidade de alunos ativos	%
Administração (Bacharelado)	208	26
Pedagogia (Licenciatura)	199	25
Ciências Agrárias (Licenciatura)	148	18
Agroecologia (Bacharelado)	125	16
Agroindústria (Bacharelado)	121	15
Total	801	100%

Fonte: Assessoria Acadêmica /UFPB/campus III, 2019.

Observa-se, na Tabela 3, que o *Campus III* apresentava a seguinte distribuição percentual de alunos de graduação ativos. A sua maioria, ou seja, 26% são do curso de Bacharelado em Administração; 25% são do curso de Licenciatura em Pedagogia; 18% são do curso de Licenciatura em Ciências Agrárias; 16% são do Bacharelado em Agroecologia, e 15% são do Bacharelado em Agroindústria, totalizando 801 alunos ativos nos cursos de graduação do *Campus* de Bananeiras em 2019.

Assim, conforme já mencionado no início desta seção, a seguir na Tabela 4 tem o número de bolsistas encontrados e o número de bolsas deferidas e contempladas dos anos de 2016 a 2019.

Tabela 4: Número de bolsas deferidas por ano – Campus III - Bananeiras

Tipo de Auxílio	2016	2017	2018	2019
Moradia	-	-	149	68
Residência	-	36	70	22
Restaurante	-	10	151	33
Creche	-	-	5	-
PROMISAES	-	-	1	-
Aluno Apoiador	-	-	3	3
Total	0	46	379	126

Fonte: SIGAA Acadêmico, 2019.

Observando os cursos de graduação do *Campus III*, pontua-se na tabela 4 que no ano de 2015 não houve registro de bolsas deferidas e contempladas. E no ano de 2017, no total foram 46 bolsas deferidas e contempladas, dessas 36 foram de Auxílio Residência, e 10 Auxílio Restaurante. Em 2018 foram 379 bolsas deferidas e contempladas, em que 149 são de Auxílio Moradia, 70 de Auxílio Residência, 5 de Auxílio Creche, 3 de Aluno Apoiador e 1 do Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior. No ano 2019 foram 126, em que 68 são de auxílio moradia, 22 auxílios residência, 33 auxílios restaurante e 3 alunos apoiadores. E, apesar de haver na descrição o auxílio transporte para o *campus*, não houve bolsa relacionada a transporte entre os anos de 2016 a 2019. Ressalta-se então, que os auxílios de maior número são os de moradia, seguido do restaurante e residência. Assim, conforme destacado por Imperatori

(2017), a fim de que o discente desenvolva suas competências acadêmicas é preciso políticas efetivas de assistência ao estudante associadas à qualidade do ensino.

Dessa maneira, as ações destinadas a assistir aos discentes devem propiciar a redução das desigualdades sociais por meio de mecanismos que assegurem a permanência dos estudantes no ensino superior (SILVEIRA, 2012). Assim, esses auxílios são elementos necessários para que esses estudantes possam dar continuidade ao percurso acadêmico. E para garantir a permanência dos estudantes fez-se necessário a oferta de Auxílios moradia, alimentação, transporte, creche dentre outras ações que promovam a saúde física e mental dos discentes (SILVEIRA, 2012).

Então, além de incluir, assegurando assistência a esses discentes, considerados em situação de vulnerabilidade, é de relevância acompanhar a trajetória de desempenho acadêmico deles, portanto, a fiscalização e acompanhamento por meio do serviço social faz-se necessária. Afinal, como é destacado nos editais que o auxílio pode ser cancelado se o estudante não apresentar um Coeficiente de Rendimento Acadêmico (CRA) igual ou maior que cinco (5,0) ou reprovação em mais de 50% das disciplinas matriculadas; e é de total responsabilidade do aluno as informações prestadas para ter acesso e permanência na assistência estudantil da PRAPE/COAPE. Entretanto, esses serviços oferecidos devem ser acompanhados e avaliados periodicamente, a fim de que a instituição possa ter um *feedback* das ações que promove, além de divulgar essas ações para que todos os alunos tenham acesso a tais informações (ASSIS et al., 2013).

Esses processos de seleção, devido à grande demanda acabam sendo de análise demorada para sair o resultado, podendo os estudantes serem acometidos por situações que comprometem seu rendimento acadêmico, visto que são alunos necessitados dessas bolsas para custear despesas básicas durante o curso. Também, destaca-se que a concessão de auxílio por meio de bolsas perpassa por um processo burocrático e uma série de procedimentos para que o estudante cumpra os requisitos para estar apto a recebê-las. Mas há algumas questões que precisam ser adequadas nesse processo de concessão de forma que cumpra de forma transparente o objetivo dessa ação governamental. A fiscalização, por exemplo, pode ser melhorada, pois há conhecimento de alunos que com as informações repassadas, conforme edital, conseguem o auxílio, principalmente, a moradia, mas acabam não firmando contrato de aluguel na cidade do *Campus* ao qual estudam, como é definido no edital, impossibilitando a

destinação da vaga para um discente que realmente necessita desse auxílio para custear suas despesas.

E dentro dessas colocações, é notável que para formar profissionais capacitados a UFPB deva estar totalmente comprometida nos processos que integram ensino, pesquisa e extensão incluindo de maneira responsável seus discentes, e dando suporte para que este estudante permaneça no ensino superior e conclua com êxito o curso escolhido na universidade. Portanto, “a política de assistência ao discente de graduação, nas condições estabelecidas, também proporciona a manutenção de facilidades durante a vida acadêmica, complementando de tal modo as dez áreas estratégicas definidas pelo Pnaes” (LIMA; FERREIRA, 2016, p.2).

A democratização envolve diversos aspectos inerentes a manutenção do ensino público. O governo ao promover a entrada de ingressos nas universidades não está garantindo a democratização em todos os seus aspectos, está provendo apenas o ingresso. É necessário prover meios que garantam não apenas sua entrada, mas permanência. Dessa maneira, essas políticas são fundamentais para garantir não só a permanência, mas promover uma formação plena e de qualidade aos discentes (DUTRA; SANTOS, 2017). No entanto, de nada adianta apenas “a inclusão de alunos de baixa renda, se não houver a paralela garantia de que eles possam participar ativamente da vida universitária e concluir com sucesso tanto os cursos de graduação como os de pós-graduação” (SILVEIRA, 2012, p.13).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve o objetivo de identificar as políticas acadêmicas de atendimento aos discentes da UFPB, a fim de compreender a sua efetividade nos cursos de graduação nos *campi* II e III. Evidencia-se, nesta pesquisa que, o Pnaes, e as ações implementadas pela UFPB de assistência aos estudantes deram suporte importante aos discentes matriculados em cursos superiores nos *campi* II e III dessa instituição. Portanto, há efetiva execução da política pública de educação superior de assistência estudantil tendo em vista as ações encontradas em vigor na universidade pesquisada.

Portanto, na UFPB nos *campi* II e III, pode-se perceber que essas ações estão sendo realizadas por meio dos Auxílios Moradia, Restaurante, Residência, Transporte, Creche, o Auxílio Desporto, Artístico e Inclusão Digital (DAID), e o Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior (PROMISAES)

Destacam-se as seguintes perspectivas de pesquisas futuras: ampliar a pesquisa das políticas de assistência estudantil para os demais *campi* da UFPB. O *Campus I*, situado na capital do Estado, pois os estudantes podem ter outra percepção sobre a política de assistência estudantil, assim como no Centro de Ciências Aplicadas e Educação – *Campus IV* – Rio Tinto e Mamanguape, na microrregião Litoral Norte, *campus* situado entre os *campi* do interior e da capital; e realizar uma pesquisa de cunho qualitativo por meio de entrevistas com discentes atendidos pela política de assistência estudantil, buscando avaliar, de maneira mais profunda, a efetividade dos auxílios da UFPB, de forma que seja possível analisar o desenvolvimento desses bolsistas nos cursos de graduação.

REFERÊNCIAS

ASSIS, A. C. L.; SANABIO, M. T.; MAGALDI, C. A. MACHADO, C. S. As políticas de assistência estudantil: experiências comparadas em universidades públicas brasileiras. **Revista Gual**, Forianópolis, v.6, n. 4 p. 125-146. Edição especial, 2013.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompila. Acesso em 10 de julho de 2020.

BRASIL, **Decreto nº 7.234**, de 19 de Julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. **Diário Oficial da União**, Seção 1, 20/7/2010, página 5. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm>. Acesso em 20 de julho de 2020.

CARVALHO, R.; JEZINE, E. Políticas de Educação Superior: os desafios do acesso no contexto da expansão da Universidade Federal da Paraíba no período pós-LDB. In: **Políticas de Educação Superior: os desafios do acesso e permanência no contexto da expansão das Universidades Federais**. PesquisaPibic/ CNPq vigência 2013/2014. 2014.

COSTA, F. J. **Mensuração e desenvolvimento de escalas: aplicações em Administração**. Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna Ltda., 2011.

DUTRA, N. G. R.; SANTOS, M. F. S. Assistência estudantil sob múltiplos olhares: a disputa de concepções. **Revista: Ensaio aval. pol. públ. Educ**. Rio de Janeiro: jan/mar. v. 25, n. 94, p. 148-181. 2017.

GARRIDO, E. N. Assistência estudantil: sua importância, atores envolvidos e panorama atual. In: Seminário Universidade Sociedade, 2012, Cachoeira (BA). **Anais eletrônicos ...** Cachoeira (BA): Instituto Kirimurê, 2012. Disponível em:

< <http://www.institutokirimure.pro.br/seminario-universidade-sociedade-anais/>> Acesso em: 10 jul. 2019.

IMPERATORI, T. K. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. **Revista Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 129, p. 285-303, maio/ago. 2017.

INEP- SINAES. **Educação Superior**. Disponível em <http://inep.gov.br/sinaes>. Acesso em: 04 de nov. de 2019. 2018.

LIMA, W. A. S.; FERREIRA, L. C. Mapeamento e avaliação das políticas públicas de assistência estudantil nas universidades federais brasileiras. **Revista Meta: avaliação**, Rio de Janeiro, v.8, n. 22, p. 116-148. Jan/abr. 2016.

MANCEBO, D. Políticas de expansão da educação superior no Brasil: caminhos da pesquisa. JEZINE, Edineide. BITTAR, Mariluce (Orgs.). **Políticas de educação superior no Brasil: expansão, acesso e igualdade social**. João Pessoa, Editora UFPB, 2013.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Análise sobre a expansão das universidades federais 2003 a 2012**. Relatório da Comissão Constituída pela Portaria n 126/2012. 2012. Acesso em 10 de junho de 2020. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12386-analise-expansao-universidade-federais-2003-2012-pdf&Itemid=30192.

PRAPE – PRÓ-REITORIA DE ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE. Disponível em: <http://www.ufpb.br/prape>. Acesso em 11 de julho de 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. **Histórico**. 2019. Disponível em: <https://www.ufpb.br/ufpb/menu/institucional/apresentacao/historico>. Acesso em: 10 de jan. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. **Relatório de Gestão 2019 – UFPB**. 2019. Acesso em 21 de jan. de 2020. Disponível em: <https://drive.ufpb.br/s/2FXp8gyZ5zb7gRs#pdfviewer>

SILVA, J. OURIQUE, M. L. H. A expansão da educação superior no Brasil: um estudo do caso Cesnors. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, v.93, n. 233, p. 215-230. Jan./abr. 2012.

SILVEIRA, M. M. **A Assistência Estudantil no Ensino Superior: uma análise sobre as políticas de permanência das universidades federais brasileiras**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade Católica de Pelotas – UCPEL, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Política Social. Pelotas, 2012.